

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



**Visita de Luís Montenegro à
China e Japão**

Queda do Governo em França

Entrevista a Mónica Lisboa

XIV^ª EDIÇÃO

Setembro 2025



0 35545 62336 78 1

Índice

NOTÍCIAS NACIONAIS

Mês do MNE.....	pág. 2
Visita do Primeiro-Ministro à China e ao Japão.....	pág. 6
Portugal Reconhece a Palestina e Reforça Compromisso com a Paz no Médio Oriente.....	pág. 8
O papel estratégico do mar português na política externa do século XXI.....	pág. 11

Entrevista a Mónica Lisboa.....	pág. 14
--	----------------

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

“Gen Z” contra a corrupção: Protestos no Nepal destroem governo e desencadeiam transição política.....	pág. 22
Demissão do Primeiro-Ministro do Japão.....	pág. 25
Eleições na Noruega.....	pág. 29
Queda de (mais um) governo francês após chumbo de moção de confiança.....	pág. 33
Blackrock e companhia: o papel desconhecido das detentoras de ativos na política internacional.....	pág. 36

CONFLITO CLARIFICADO

Conflito Israelo-Palestiniano.....	pág. 38
------------------------------------	---------

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

O mês do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, foi marcado por três eventos principais. Primeiro, a sua deslocação à China e ao Japão, acompanhando o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Em segundo, a assinatura do acordo sobre dupla tributação com o Reino Unido. E por fim, a participação do Ministro na Semana de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual acompanhou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Visita à China e ao Japão

Entre os dias 9 e 12 de setembro, Paulo Rangel acompanhou o Primeiro-Ministro na sua visita oficial a dois dos principais países asiáticos: China e Japão.

Em ambos os países, o Ministro encontrou-se com os seus homólogos, Wang Yi pelo lado chinês e Iwaya Takeshi no Japão. Da sua reunião com o Ministro japonês resultou também o lançamento da parceria estratégica que se versa sobre a questão da cooperação dos dois Estados nos mais variados assuntos, desde o regime do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares até ao Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal, passando pelo Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 ou a Expo2025.

A agenda do Primeiro-Ministro, o impacto da sua visita e a visão histórica sobre as relações de Portugal com estas duas nações asiáticas são explorados em maior detalhe no artigo seguinte.



Paulo Rangel e o seu homólogo chinês, Wang Yi (foto: MNE)



Paulo Rangel e o seu homólogo japonês, Iwaya Takeshi (foto: MNE)

Assinatura de Acordo com o Reino Unido

Precisamente a meio do mês, dia 15, o Ministro assinou dois acordos bilaterais com o Reino Unido relativos à dupla tributação e à troca de informações.



Paulo Rangel e Yvette Cooper mostram os acordos assinados (fonte: MNE)

Rangel foi o primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros a ser recebido após a sua homóloga britânica, Yvette Cooper, ter assumido o cargo muito recentemente, demonstrando assim a continuidade daquela que é a aliança mais duradoura do mundo. Estes acordos foram o resultado de um ano negociações, cuja necessidade surgiu com o Brexit. O MNE afirmou que "é um grande incremento, uma melhoria da situação de cidadãos britânicos em

Portugal, de portugueses no Reino Unido e também de empresas", acrescentando que "para o investimento é uma coisa muito importante".

Semana de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas celebrou o seu 80º aniversário e o Ministro dos Negócios Estrangeiros acompanhou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, tendo Portugal reconhecido o Estado da Palestina nesta ocasião.

A semana de alto nível começou com uma sessão comemorativa do aniversário da ONU, seguido de uma conferência de imprensa conjunta dos Estados-Membros da União Europeia relativamente à invasão do espaço aéreo da Estónia por parte da Rússia. Da parte da tarde realizou-se o Conselho de Negócios Estrangeiros da UE e a Conferência para a Solução de Dois Estados, na qual o Presidente da República apresentou a posição portuguesa: o reconhecimento do Estado da Palestina, facto esse que foi também anunciado mais tarde na Representação Permanente de Portugal junto da ONU.



Delegação Portuguesa (fonte: MNE)

No segundo dia iniciou-se a sessão da Assembleia Geral, durante a qual discursaram os vários chefes de Estado, como os Presidentes brasileiro, norte-americano e português.

No terceiro dia houve uma reunião entre os Estados europeus com os da América Latina e das Caraíbas, seguindo-se uma reunião entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CPLP. Para além disso, é de destacar a participação de Portugal na sessão aberta do Conselho de Segurança e na primeira bienal sobre o financiamento dos países em desenvolvimento.



Discurso de Marcelo Rebelo de Sousa no CSNU sobre Inteligência Artificial (fonte: MNE)

O quarto dia iniciou-se com uma reunião da Conferência Ibero-Americana sobre a cimeira de Madrid do próximo ano, à qual se seguiram dois discursos na UNRWA e no G20. O dia terminou com um encontro na representação permanente da FIFA em Nova Iorque entre Paulo Rangel e os Primeiros-Ministros de Espanha e Marrocos, de forma a discutir e coordenar a preparação do Mundial 2030.



Paulo Rangel joga uma partida de matraquilhos na representação da FIFA em Nova Iorque (fonte: MNE)

O último dia contou com uma entrevista à CNN Internacional sobre o conflito na Ucrânia e em Israel.

Durante esta semana, como não podia deixar de faltar, o Ministro manteve diversos encontros bilaterais, marcantes desta semana de alto nível da ONU. A nível europeu, alguns dos países com os quais Paulo Rangel reuniu foram o Reino Unido, a Ucrânia ou a Macedónia do Norte. Do continente asiático, Singapura e Brunei, e de África, Marrocos, Ruanda, Quênia ou Etiópia, entre muitos outros. Também foram realizados vários encontros com as nações da região das Caraíbas e do Brasil. Por fim, importa ainda salientar o encontro com a Organização para a Cooperação do Golfo.



Assembleia Geral das Nações Unidas (fonte: MNE)

Visita do Primeiro-Ministro à China e ao Japão

Por Maria Neves

Luís Montenegro, Primeiro-Ministro português, esteve, nos passados dias de 9 a 12 de setembro de 2025, em uma visita oficial de estado à República Popular da China e ao Japão.

Contexto Político e Diplomático

Esta visita oficial, que decorreu no início do mês de setembro, pretendeu cultivar os laços de amizade estabelecidos, bilateralmente, entre Portugal e ambos os estados referidos.

A relação bilateral com a China

A relação entre a República Popular Chinesa e Portugal foi estreitada em 1999 pela entrega de Macau, administrada por Portugal, à China. Desde então, esta cidade é um marco de amizade entre os países, que celebraram, nesta visita, o 20º aniversário da Parceria Estratégica Integral Portugal-China.

Esta relação de confiança e amizade mútua apresenta-se como um desafio geopolítico para Portugal, uma vez que pode ser condicionada pelo fundamental eixo europeu da política externa portuguesa.

A relação bilateral com o Japão

Enquanto isso, a relação Portugal-Japão foi estabelecida em 1543, com a chegada dos primeiros europeus ao Japão (portugueses) e, atualmente, caracteriza-se por uma confiança política e pela convergência democrática que se sedimentou na longa afinidade histórica, que, em 2025, apresenta novos contornos.

Na visita de Montenegro à China, é possível destacar cinco linhas orientadoras dos objetivos da política externa portuguesa para esta relação. Em primeiro lugar, demarca-se o reforço das relações políticas bilaterais em que se consolidou a confiança mútua, o diálogo político e a cooperação diplomática. Em seguida, destaca-se o pedido de Montenegro a Xi Jinping para usar a sua relação de proximidade para com a Rússia para interceder e facilitar a paz com a Ucrânia. Em terceiro lugar, assinaram-se vários acordos e memorandos em áreas estratégicas, como, por exemplo, o setor agroalimentar. Em quarto lugar, promoveu-se a cooperação económica e o investimento chinês em setores estratégicos, como a energia e tecnologia. Por último, sublinhou-se a importância dos laços históricos e culturais que unem ambos os países, nomeadamente através de Macau.

Já no Japão, anunciou-se uma nova fase desta relação: a passagem a parceria estratégica. Assim, intensificou-se a cooperação política e económica com o Japão. A nível político, houve um aprofundar dos laços diplomáticos a partir do compromisso português de valorizar a parceria japonesa no quadro da UE e do Indo-pacífico. A nível económico, a reunião com o Keindaren (Federação Empresarial Japonesa) foi decisiva para atrair investimento e explorar novas potenciais áreas de cooperação.

Descrição da Visita

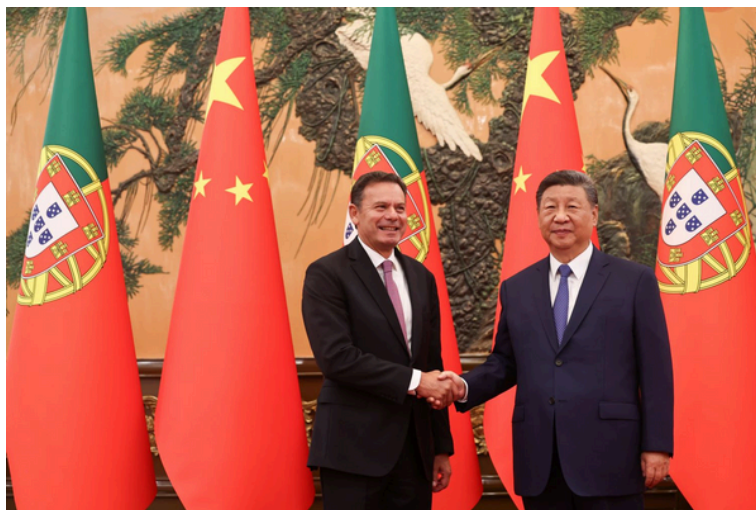
A agenda desta visita foi pautada por vários acontecimentos marcantes. Em Pequim, decorreu a homenagem ao Monumento dos Heróis do Povo, seguido de vários encontros institucionais (com o Presidente Xi Jinping, o Presidente da Assembleia Popular Nacional Zhao Leji e o Primeiro-Ministro Li Qiang). Durante estes encontros houve a assinatura de instrumentos jurídicos bilaterais.

Em Macau, região administrativa especial da China, onde houve uma reunião com o Chefe do Executivo Sam Hou-fai e uma visita à Escola Portuguesa de Macau, também houve a receção da comunidade portuguesa na Residência do Consulado-Geral de Portugal.

Já no Japão, em Tóquio, deu-se o encontro com o Primeiro-Ministro Shigeru Ishiba e realizou-se uma conferência de imprensa conjunta, reunião no Keidanren (Federação Empresarial Japonesa), que funcionou como uma interface entre o setor privado e o governo. Para além disso, também houve um encontro com atletas portugueses no Campeonato Mundial do Atletismo, em Osaka, na visita ao Pavilhão de Portugal na Expo 2025 na qual se debateu o tema “Oceano: Diálogo Azul”.

Impacto e Reações

Esta visita veio reforçar a imagem de Portugal enquanto um interlocutor relevante, participativo e assertivo entre a Ásia e a Europa, assim como deverá trazer um aumento do investimento estrangeiro. Segundo Luís Montenegro “Temos hoje razões para estar otimistas relativamente ao futuro”.



O Primeiro-Ministro Luís Montenegro (esquerda) encontra-se com o Presidente da China Xi Jinping (direita) (Fonte: Governo de Portugal/António Cotrim)

Portugal Reconhece a Palestina e Reforça Compromisso com a Paz no Médio Oriente

Por Magda Gonçalves

“O Estado Português reconhece, formalmente, o Estado da Palestina”, declarou Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República português, no âmbito da Conferência de Alto Nível para a Implementação da Solução de Dois Estados, alinhando o país com aliados como o Reino Unido, o Canadá e a Austrália, que também formalizaram reconhecimentos na mesma ocasião, no passado dia 22 de setembro.

A decisão resultou de uma deliberação do Conselho de Ministros, com o apoio do Presidente da República e dos partidos com assento parlamentar, refletindo uma linha constante e consensual da política externa portuguesa. Assim, o gesto traduz o compromisso do país com a solução de dois



Intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa (fonte: ONU)

Estados como via única para uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros português, destacou que o reconhecimento reforça o direito do povo palestino à autodeterminação e reafirma o compromisso português com a diplomacia multilateral e o respeito pelo direito internacional. “Portugal preconiza a solução dos dois Estados como a única via para uma paz justa e duradoura... é urgente um cessar fogo”, reiterou o ministro, acrescentando, ainda, que o Hamas não pode ter nenhuma forma de controlo em Gaza ou fora, exigindo a libertação de todos os reféns.

Apesar do carácter simbólico e diplomático, “esta decisão não apaga a catástrofe humanitária em curso na Faixa de Gaza”, explica Paulo Rangel, referindo-se ao sofrimento de civis, aos deslocados e à situação dos reféns ainda detidos. O ministro dos Negócios Estrangeiros sublinhou, ainda, que o reconhecimento não constitui um ato contra Israel: “(esta estratégia) não é feita nunca contra Israel. É feita a favor da paz e do direito do povo da Palestina à autodeterminação”. Foi deixado, por fim, um apelo, por parte do ministro, à comunidade internacional: “Exortamos, do fundo, do fundo dos nossos corações, a que cessem todas as hostilidades... que se abra uma fresta de luz para a paz”.

A reação palestina foi de celebração. O Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, afirmou que “o reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação, liberdade e independência abre caminho para a implementação da solução de dois Estados, permitindo ao Estado da Palestina conviver com o Estado de Israel em segurança, paz e boa vizinhança”. Consequentemente, Ramallah interpretou a decisão como um reforço da legitimidade internacional da causa palestina e apelou para que mais países seguissem o exemplo.

Por outro lado, do lado israelita, a resposta foi crítica. O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel declarou que “Israel rejeita, categoricamente, a declaração unilateral de reconhecimento do Estado da Palestina feita pelo Reino Unido e por outros países. Esta declaração não promove a paz, pelo contrário, desestabiliza, ainda mais, a região e prejudica as chances de alcançar uma solução pacífica no futuro”. Além disso, as autoridades israelitas reiteraram que reconhecimentos deste tipo não favorecem negociações diretas e podem endurecer posições radicais, afastando a possibilidade de um compromisso bilateral.

Já, em Portugal, a medida encontrou ampla aceitação. Governo, Presidente da República e partidos com assento parlamentar convergiram em torno da decisão, entendida como um ato de responsabilidade internacional e de continuidade da política externa nacional. À esquerda, o gesto foi celebrado como histórico; por outro lado, setores mais conservadores, como o CDS-PP, defenderam que o reconhecimento deveria ter ocorrido em circunstâncias mais estáveis. Apesar das reservas, o consenso predominou quanto à relevância diplomática do passo dado. A nível europeu, Portugal tornou-se o 13.º Estado-membro da União Europeia a reconhecer, oficialmente, a Palestina, juntando-se à Suécia, à Irlanda, à Eslovénia, entre outros. Fora do continente, aliados tradicionais como o Reino Unido, o Canadá e a Austrália também anunciaram o reconhecimento, reforçando, assim, uma tendência mais ampla de apoio ao estatuto internacional da Palestina. Deste modo, especialistas consideraram que, embora o impacto imediato seja sobretudo político, a conjugação de vários reconhecimentos aumenta a pressão internacional sobre israelitas e palestinos para retomarem negociações.

Enquanto isso, no terreno, os desafios permanecem imensos. Em Gaza, a população enfrenta uma crise humanitária, com escassez de alimentos, água potável e medicamentos, enquanto ataques esporádicos e bloqueios dificultam a reconstrução e a assistência aos afetados. Estes fatores evidenciam que, embora o reconhecimento português constitua um marco diplomático, a paz e a estabilidade na região dependem de ações concretas e de um compromisso internacional contínuo para proteger os civis e promover o diálogo entre as partes.

Por fim, o reconhecimento do Estado da Palestina também pode fortalecer o papel de Portugal na diplomacia internacional. Ao assumir uma posição clara e histórica em favor da solução de dois Estados, o país projeta-se como um ator comprometido com o multilateralismo, com o direito internacional e com a promoção da paz. Esta postura aumenta a credibilidade de Portugal em fóruns internacionais e pode abrir oportunidades para o país desempenhar um papel mais ativo na mediação de conflitos futuros, não apenas no Médio Oriente, mas também em outras crises globais, reforçando a sua reputação como interlocutor confiável e equilibrado na arena diplomática. Ao mesmo tempo que deixa claro que o reconhecimento, por si só, não resolve os conflitos no terreno, e que o verdadeiro desafio permanece na implementação concreta da paz, exigindo esforços contínuos da comunidade internacional para promover estabilidade, segurança e convivência pacífica na região.

O papel estratégico do mar português na política externa do século XXI

Por Alexandre Batista

“Pequenos, mas bons”. A verdade é que este pequeno país Ibérico, independentemente da sua dimensão territorial reduzida, é ainda detentor de duas conquistas sob a maioria dos restantes países Europeus: Fundados em 1143 pelo tratado de Zamora, podemos orgulharmo-nos de sermos o país europeu que há mais tempo não sofre invasões, tendo sido as nossas fronteiras consolidadas em 1297, com o Tratado de Alcanizes; Portugal pode igualmente orgulhar-se de conseguir a 3ª maior Zona Económica Exclusiva da UE, ficando atrás apenas da França e da Dinamarca.

Contexto Histórico

Já desde o tempo dos Descobrimentos (1415-1543) o mar sempre foi bastante explorado e dominado pelos portugueses, sendo estes pioneiros na arte da navegação, tendo criado não só embarcações (como as Caravelas), mas também diversos instrumentos náuticos (como o Nónio ou o Astrolábio Náutico).



*Navio D. João II, parte da Marinha Portuguesa, em patrulha
(Fonte: RTP Madeira)*

Quanto às descobertas geográficas também existe grande motivo de orgulho para os portugueses: os inúmeros territórios alcançados e mapeados pelos navegadores lusos, desde a costa africana até ao Oceano Índico, passando pela travessia do Atlântico que culminou na chegada ao Brasil em 1500. Estas conquistas não se limitaram à expansão territorial, mas também permitiram o florescimento de redes comerciais que ligavam a Europa, a Ásia, a África e a América, inaugurando o que muitos historiadores denominam como a primeira forma de globalização.

Além disso, os portugueses deixaram um legado científico e cultural de enorme relevância: melhoraram técnicas de cartografia, introduziram novos produtos e culturas agroalimentares no espaço europeu e universalizaram o contacto entre povos, línguas e tradições distintas. O mar, nesse sentido, consolidou-se como a verdadeira “autoestrada” das descobertas, uma expressão viva da identidade nacional e da projeção externa de Portugal.

E em termos económicos atuais?

Com um fortíssimo império marítimo no que toca a área com possibilidade para ser explorada, Portugal não fica muito aquém na sua exploração tendo em conta os restantes países: A Economia do Mar (EM) representou, nos dados do INE, 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, no valor de aproximadamente 15,74 bilhões de euros na economia portuguesa de 2024, enquanto noutros países como a Dinamarca, ainda que com uma semelhança percentual em relação ao PIB (5% - 7%), esta atividade auferiu aproximadamente 20 a 30 milhões de euros em 2024 ao país. Tendo em conta a enorme diferença entre as áreas das ZEE destes países, pode-se rapidamente perceber que Portugal não tem ficado atrás dos outros países Europeus na exploração marítima.

Contudo, apesar dos progressos é sempre possível aperfeiçoar esta exploração de potencialidades, e um dos desafios centrais que Portugal tem tido é a modernização dos seus equipamentos tecnológicos, tal como se verifica em diversas outras áreas. Ainda que tenha existido uma tentativa atualização destes elementos, através por exemplo do Prémio Inovação Expo Fish Portugal ou da participação de Portugal em projetos europeus que desenvolvem tecnologias digitais para a pesca, incluindo sistemas inteligentes de registo de capturas e scanners com inteligência artificial para identificar espécies e pesos na embarcação. Portugal tem bastante por onde melhorar visto que persistem desafios no ritmo da modernização, na escalabilidade da inovação, na adesão dos profissionais e na fiabilidade dos equipamentos digitais, que por vezes requerem ser complementados com inspeções tradicionais.

E em termos militares?

Nos séculos XV e XVI, a Marinha de Portugal foi fundamental para expandir o seu poder militar e comercial além da Europa, ajudando a construir um império ultramarino e garantindo a segurança das rotas estratégicas ao redor da África, Índia e América do Sul. Essa estratégia naval não só facilitou a exploração e proteção dessas áreas, como também possibilitou o estabelecimento de monopólios comerciais e a defesa contra piratas e nações rivais.

Já no século XVII, ter forças militares navais, como o Terço da Armada da Coroa de Portugal, criado em 1621, permitiu o rápido deslocamento de tropas e a proteção das cidades costeiras. Essas forças tiveram papéis cruciais em batalhas decisivas durante a Guerra da Restauração (1640–1668), como as batalhas do Montijo, das Linhas de Elvas e do Ameixial.

Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial em 1916, quando o governo confiscou navios alemães nos portos portugueses, resultando na declaração de guerra pela Alemanha. O espaço marítimo foi rapidamente militarizado: a Marinha cuidou das costas, portos e ilhas, escoltou tropas para a França e colónias, e patrulhou o Atlântico contra submarinos e minas. Também participou em rotas arriscadas, como a Rota de Salónica, enfrentando ataques diretos de submarinos e sofrendo perdas significativas.

Na Segunda Guerra Mundial, Portugal manteve uma neutralidade formal, mas a sua localização estratégica no Atlântico foi novamente importante. Portos e ilhas como os Açores e a Madeira tornaram-se essenciais para abrigar navios estrangeiros e ajudar milhares de náufragos do Atlântico e Índico. O patrulhamento naval aumentou, englobando a supervisão dos acessos a portos e uma colaboração indireta com os aliados, como a cedência de bases nos Açores para a aviação aliada, algo que foi crucial para os esforços logísticos no Atlântico.

Durante a Guerra Fria (1947 a 1991), a posição marítima de Portugal foi vital para controlar o Atlântico e para a logística de reforços militares na Europa, integrando-se às forças navais da NATO, como o STANAVFORLANT. Ao longo do final do século XX e início do XXI, a Marinha continuou a participar em missões internacionais, fortalecendo o papel geoestratégico do país e utilizando o mar como base para a projeção da sua diplomacia e militarismo.

Atualmente, Portugal participa em várias missões relevantes. Em 2025, o navio NRP Sines integrou a missão “Iniciativa Mar Aberto 2025”, visitando doze países africanos e atlânticos para atividades de cooperação, diplomacia naval e apoio à política externa e de defesa nacional. A Força de Fuzileiros também tem estado ativa em missões na Lituânia, com foco em operações navais e terrestres, incluindo capacidades especiais como mergulho de combate e treinos com cães, tudo isso contribuindo para a segurança coletiva da NATO.

E em termos patrimoniais?

Quanto às heranças patrimoniais, o mar português deixa-nos um legado que moldou o ser e estar do povo português, e autodenominou-se como um elemento estruturante da nossa história, identidade nacional e cultura do nosso país. A relação destes dois ainda se reflete: em tradições como as Festas do Mar em Terras de Reis, na literatura como *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, ou *Mensagem*, de Fernando Pessoa, e até na própria arte, como a Inauguração da Expo'98 – «Oceanos: Um Património para o Futuro».

Entrevista a Mónica Lisboa

Este mês entrevistámos a Sra. Cônsul-Geral de Portugal em Paris, Mónica de Sales Lisboa. Diplomata de carreira, assumiu postos nas Embaixadas de Portugal na Índia, Suíça, Indonésia, Alemanha e na Representação Permanente de Portugal junto da UE. Foi ainda consultora para relações internacionais junto da Presidência da República, Chefe de Divisão da Direção de Serviços da África Subsariana, Diretora de Serviços do Cerimonial e Protocolo de Estado e Chefe de Gabinete na Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. Entrevista realizada por Bruno Oliveira.



A Cônsul-Geral, Mónica Lisboa

Antes de mais, queria agradecer por ter aceitado o nosso convite para a entrevista. E a primeira pergunta é que, antes de assumir o seu cargo atual, aqui no Consulado-Geral de Paris, esteve colocada nos mais diversos países, da Índia à Suíça, passando pela Indonésia ou a Alemanha. Que lições, ou experiências, é que adquiriu ao longo desta “viagem pelo mundo”?

expressiva, porque a diplomacia oferece-nos uma oportunidade, que eu considero ímpar, de conhecer o mundo não apenas como observadores, mas como participantes. Em consequência disso, essa viagem da diplomacia pelo mundo faz-se, de certa forma, numa dimensão distinta.

A expressão “viagem pelo mundo”, além de ser muito bonita, é muito

Ao longo destes últimos mais de 30 anos de carreira, eu tive, efetivamente, mais do que a sorte, o privilégio de viver realidades muito diferentes entre si. Começando pelo sudeste asiático e por um primeiro posto na Índia, que marca de forma singular por ser o primeiro destino e que me marcou muito a mim – também por ser ainda bastante jovem, com poucos anos de carreira e ver-me colocada num país tão distante de Portugal. Por outro lado, por ser um país com muitas ligações históricas e muito antigas a Portugal, com idiossincrasias próprias, exigindo uma capacidade de adaptação, rápida, a uma cultura e um contexto social e religioso diferentes. Um país que, hoje em dia, tem a maior população do mundo. Lembro-me bem, a este propósito, em 2000, o meu último ano de posto, de ter assistido em Nova Deli, através de um ecrã gigante colocado no centro da cidade, à “ultrapassagem” do bilião de pessoas na Índia. Naquele ecrã, a cada segundo, contabilizava-se o crescimento da população indiana. Ter vivido, ao vivo e a cores, aquele marco demográfico, ao nível mundial, rodeada de milhares de pessoas que estavam na rua para celebrar o momento, foi uma experiência que não esquecerei.

Marcou-me também pela proximidade inesperada de alguns territórios com Portugal, ainda que muito distantes do nosso país. Tanto na Índia como na Indonésia, conheci localidades onde há comunidades muito antigas que ainda falam a nossa língua. Vim encontrar uma comunidade em Jacarta, que vive nas imediações do porto de Tanjung Priok, na chamada “Aldeia Portuguesa de Tugu”, que ainda usa palavras e expressões portuguesas que resultam do Papiá cristão que veio de Malaca – uma língua crioula que é uma mistura do Português com o Malaio –, e onde se canta e dança ao som de instrumentos de corda (“keroncong”) que nos fazem lembrar as mornas de Cabo Verde ou a música dos Açores e de Goa.



Mónica Lisboa na Indonésia

Na Representação Permanente Portuguesa junto das Instituições Europeias (REPER), onde desempenhei funções de coordenação das áreas setoriais técnicas, como Conselheira Mertens no âmbito do COREPER I – Comité de Representantes Permanentes dos governos dos Estados-Membros, onde tem assento o nosso Representante Permanente Adjunto –, antes e durante a última Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, em período pandémico, a experiência trouxe-me um conhecimento aprofundado dos mecanismos de decisão europeus, do processo legislativo e dos bastidores da negociação. Em especial, fiquei com uma noção muito concreta da importância da defesa dos interesses do Estado, nos vários níveis e âmbito de decisão, no que respeita às consequências para o quotidiano dos nossos cidadãos, para as nossas empresas e para a sociedade em geral. Em Bruxelas, em estreita cooperação com a administração portuguesa, a REPER veicula e defende as posições nacionais de modo a garantir as respostas mais adequadas aos interesses do nosso país e às necessidades dos nossos cidadãos.

Não obstante a diversidade do meu percurso, uma lição que é comum a todos os meus destinos é a importância da escuta ativa, da empatia cultural, da capacidade de adaptação a contextos geográficos, realidades políticas, económicas, sociais distintas, e enquadramentos multilaterais específicos. E a importância da resiliência também, que é uma palavra que, hoje em dia, usamos muito em vários contextos, mas que eu, olhando para trás, vejo como uma linha de continuidade do meu percurso.

Já referiu na sua resposta anterior em grande parte, mas que diferenças sociais, culturais ou políticas é que sentiu nos países mais distantes como a Indonésia ou a Índia?

Já dei alguns exemplos, mas há outros aspetos onde sentimos essa diferença. E, naturalmente, as diferenças podem também ser sentidas como choques.

Em termos sociais, culturais e políticos, não é de somenos importância que a Indonésia seja a maior democracia muçulmana do mundo, com a sua insularidade e mais de 17 mil ilhas. Além do facto de os conceitos da passagem do tempo no sudeste asiático serem diferentes daqueles que se sentem na Europa ou no mundo ocidental. Depois, o desafio da comunicação intercultural. Na Índia há mais de 400 línguas locais, na Indonésia estima-se que há mais de 700 dialetos. Como é que somos pontes se não falamos a mesma língua? Como é que somos capazes de construir laços de confiança se não vimos necessariamente do mesmo mundo? Como é que se compreende e se respeita a alteridade cultural?

E as respostas que eu creio que temos de dar a essa diversidade residem no respeito profundo pela diferença, na preparação do posto e da função que vamos assumir, no conhecimento do país. Antes de ir para qualquer destino, seja ele mais ou menos distante, ou aparentemente mais distinto ou com maiores contrastes, há que saber exigir de nós, enquanto diplomatas, uma boa preparação. Uma boa preparação a nível técnico, a nível político, em termos de leituras e de análise prévias; em suma, de trabalho de casa que se leva para um posto e que nos ajuda depois a melhor desempenhar a nossa missão.

No meu caso, diria que os dois grandes países nos quais estive colocada no continente asiático, fizeram apelo a uma enorme sensibilidade humana. E é aí que eu sinto que está a riqueza da minha carreira, na forma de olharmos para o outro, de sabermos respeitar o outro e a diferença.

Antes de vir para Paris, o seu último cargo foi o de consultora para relações internacionais junto da Presidência da República. O que é que significa e quais é que eram as suas funções?

É uma enorme honra e um enorme privilégio poder servir a Presidência da República e um Presidente da República, nomeadamente o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. E foi verdadeiramente um privilégio e uma oportunidade única ter feito parte de uma equipa de assessoria diplomática extraordinária que tem como função, essencialmente, preparar e acompanhar a dimensão internacional da atividade presidencial e da mais alta figura do Estado português. Em concreto, significa que preparamos e acompanhamos, em todas as vertentes, as visitas de Estado, oficiais e de trabalho do Senhor Presidente da República, bem como as audiências que concede a Chefes de Estado estrangeiros e delegações estrangeiras. Temos um papel também de assessoria em matéria de política externa, recolhendo elementos, acompanhando e analisando a situação internacional. Através desta responsabilidade que nos é atribuída, enquanto parte da assessoria de relações internacionais, temos a oportunidade extraordinária de fazer parte de grandes momentos históricos. Eu recordo, com particular gratidão, o privilégio de ter acom-



A Cônsul-Geral com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa

panhando e analisando a situação internacional. Através desta responsabilidade que nos é atribuída, enquanto parte da assessoria de relações internacionais, temos a oportunidade extraordinária de fazer parte de grandes momentos históricos. Eu recorro, com particular gratidão, o privilégio de ter acompanhado o Senhor Presidente da República nas comemorações do cinquentenário da independência da Guiné-Bissau, nas comemorações do cinquentenário da libertação do Campo de Concentração do Tarrafal em Cabo Verde, no 50º aniversário do 25 de abril com os Chefes de Estado dos PALOP e de Timor-Leste no Centro Cultural de Belém, e ainda nas visitas de Estado a países para onde nunca tinha viajado, entre muitas outras ocasiões excepcionais. Sentir-nos parte dessa história é, de facto, um sentimento único.

Ao longo da sua carreira trabalhou em países com uma forte presença das comunidades portuguesas, como a Suíça, a Alemanha, e agora a França. Sendo que Paris é uma das cidades com uma das maiores e mais ativas comunidades portuguesas do mundo, o que é que sente em saber que tem a possibilidade de ajudar todos os dias os vários emigrantes portugueses?

Eu sinto, em primeiro lugar, uma enorme responsabilidade. E, em paralelo, naturalmente, uma enorme honra por ter sido nomeada para este cargo. É, como diz, uma das mais dinâmicas e uma das maiores comunidades portuguesas no mundo, com histórias de vida notáveis, pelas quais nutro enorme admiração. E saber que, através do trabalho do Consulado-Geral, podemos ajudar e contribuir para resolver problemas concretos, apoiar em momentos mais difíceis dessa comunidade e, ainda, concorrer para reforçar os seus laços com Portugal, é muito gratificante.

É também um desafio olhar para essa comunidade, olhar para a história da nossa presença portuguesa aqui em França, e, no que me toca às minhas atuais funções de Cônsul Geral, em particular na vasta jurisdição do Consulado-Geral em Paris, olhar para essas histórias de vida e pensar como é que podemos estar à altura dessa cora-

ragem, dessa capacidade de enfrentar mundo novo que essa nossa comunidade teve. E olhar, ainda, para os que são, hoje em dia, fruto dessa imigração mais antiga, olhar para a luso-descendência e para os jovens em mobilidade, olhar para as origens portuguesas, olhar para as tradições, olhar para a digitalização e para a modernização, e ver como todas estas dimensões melhor se podem encaixar com o objetivo de prestar o melhor serviço público, que é a principal missão do Consulado.

E, voltando ao que sinto, é, em primeiro lugar e sem dúvida, um sentimento de serviço. Serviço, responsabilidade e gratificação, que é aquilo que sinto todos os dias ao ocupar este lugar. Servir Portugal, com sentido de missão, e estar junto da comunidade, no seu sentido mais lato, e alimentar esta política de proximidade, que é a que nós, aqui no Consulado em Paris, temos vindo a procurar desenvolver de forma muito concreta, incluindo ao nível da comunicação e do uso das nossas redes sociais.

Muito recentemente realizou-se o Dia de Portugal aqui em Paris, o que me leva a perguntar de que forma é que o Consulado apoia a comunidade portuguesa a nível cultural?

A promoção da cultura e da língua portuguesas é uma prioridade de todas as instituições que representam o Estado português em França. Nesse sentido, é um trabalho e uma prioridade que o Consulado-Geral de Portugal em Paris leva adiante, em articulação e em complementaridade com a Embaixada de Portugal em França, naturalmente, e com os outros Consulados-Gerais de Portugal em território francês. O Consulado-Geral de Portugal em Paris tem a possibilidade de acolher nas suas instalações eventos culturais e de natureza associativa, tais como apresentações de livros, filmes, concertos, seminários, jornadas, debates, concursos de eloquência, e muitas outras iniciativas que nos são propostas por atores externos, como escritores e pintores da comunidade, ou dinamizadas pelo próprio Consulado. É nesse contexto que contribuímos para essa promoção a nível cultural e que contribuímos também para uma maior projeção da comunidade em geral. Temos, de facto, esta sorte de termos umas instalações que são do Estado português e que oferecem espaços muito bonitos que nos representam de forma muito digna.

Recentemente o Consulado e a Embaixada estiveram presentes na cerimónia oficial de abertura de mais uma loja da Manteigaria Nacional em Paris, num esforço conjunto com a Delta Cafés também. De que maneira é que feita a cooperação entre o Consulado e a Embaixada?

As iniciativas empresariais de projeção de Portugal no estrangeiro são sempre apoiadas pelas Embaixadas e pelos Consulados no terreno, e muito em concreto pelas delegações da AICEP - Agência para o Comércio e Investimento Externo de Portugal que, de forma mais competente e direta, acompanham e apoiam estes projetos de internacionalização. A minha presença, juntamente com a do Senhor Embaixador de Portugal em Paris, na inauguração da primeira Delta Coffee House Experience fora de Portugal, e a quinta que o Grupo Nabeiro-Delta Cafés abriu, teve

como principal objetivo mostrar a nossa unidade de ação, o empenho comum na projeção de Portugal e o nosso apoio à internacionalização de marcas de referência nacionais, como são a Delta, o Grupo Nabeiro e a Manteigaria. É essencial e faz parte natural da nossa atividade consular e diplomática trabalhar em articulação com todas as instituições que representam o Estado português para apoiar estas marcas de qualidade e de tradição nacionais.

Este novo espaço português na capital parisiense está localizado numa zona emblemática e nobre da cidade, de enorme prestígio no contexto da sociedade parisiense, e conta com um design, estética e ambiente incríveis. A própria fachada do edifício foi reabilitada por uma empresa de origem portuguesa – as histórias cruzam-se de maneira feliz – e isso também é para nós um motivo de enorme orgulho. É, pois, muito natural esta associação institucional a projetos e marcas portuguesas, representando um ganho para Portugal, para os interesses do nosso país, para os interesses dos Portugueses, para a importante expressão portuguesa aqui e naturalmente para as instituições que representam Portugal em França.

Nesse sentido, como é que caracterizaria as relações bilaterais entre Portugal e a França, que já têm uma história muito prolongada?

Já temos alguns elementos nas outras questões que me colocou. As relações são muito fortes, sustentadas por uma história partilhada, por laços políticos, económicos, sociais, culturais e humanos muito estreitos. Naturalmente, a comunidade portuguesa em França é um elo vital nessa relação e é nesse foco que se centra o trabalho do Consulado. A relação bilateral Estado-Estado é tratada, cuidada e acompanhada, em primeira instância, pela Embaixada de Portugal em Paris. Naturalmente, hoje, mais do que nunca, devido ao contexto internacional, e pela sua pertença à União Europeia, os dois países, França e Portugal, trabalham juntos nos grandes desafios europeus e globais, e com uma grande convergência de valores e de objetivos.

Passando para outro tema, a Sra. Cônsul foi a primeira mulher Cônsul-Geral de Portugal em Paris. O que é que deve ser feito para incentivar a igualdade de género na carreira diplomática?

No meu entendimento, é fundamental passarmos da reflexão, devidamente fundamentada, à ação, ou seja, não basta reconhecer a sub-representação das mulheres, porque essa está evidente nos dados que conhecemos, sendo sim necessário implementar medidas concretas. Essas medidas concretas passam por políticas de recursos humanos com perspetivas de género, por uma adaptação da carreira às realidades familiares dos dias de hoje, através de mecanismos de apoio e que vão ao encontro do equilíbrio e da conciliação entre a vida profissional e familiar.

Acrescentaria que, a par da questão da igualdade de género, se deve olhar para a diversidade de origens que, na minha opinião, está ainda pouco espelhada na nossa carreira diplomática.

Naturalmente, compreendo bem que estes equilíbrios tocam tanto homens como mulheres, mas também me parece inegável que o peso familiar ainda está mais do lado das mulheres do que dos homens e que tal pode ser um entrave quando se coloca a questão de optar e escolher uma carreira que nos leva para países distantes, geografias mais complexas, onde se colocam questões como a escolaridade dos filhos, a ausência de uma rede de apoio familiar ou mesmo a própria criação de uma família ou até os termos da sua composição.

A sensibilização para estes temas passa por iniciativas como a MUD@R, que integro desde o seu primeiro momento, e que têm sido essenciais para dar visibilidade a estas questões e ao contributo das mulheres para esta carreira, ao mesmo tempo que procuram explorar soluções para os diferentes desafios.

Devo reconhecer que tem sido feito um trabalho sério de análise sobre os possíveis obstáculos ao acesso à carreira diplomática para as mulheres, sobre as razões que poderão levar a que haja um menor número de mulheres do que de homens a querer integrar esta carreira, e ainda sobre as perspetivas de evolução e promoção que se nos apresentam. Foi com muita satisfação que vi a Assembleia da República aprovar, por unanimidade, o novo Estatuto da Carreira Diplomática, que entrou em vigor em março passado, e que já contempla algumas destas questões e alguns incentivos num sentido positivo. É nessa evolução que eu gostaria de continuar a acreditar.

Segundo um estudo publicado na Revista Negócios Estrangeiros, as mulheres diplomatas já chefiaram postos de extrema importância, como a Representação Permanente nas Nações Unidas a UNESCO, mas nunca os “grandes postos” como Washington, Madrid ou Brasília. Qual poderá ser o motivo por detrás deste fenómeno?

A pergunta não deve ser dirigida a mim, como compreenderá. Certamente que não será por falta de competência, e também é certo que já não é um problema jurídico, legal ou constitucional, como há 50 anos atrás. No entanto, continuam a existir algumas barreiras, porventura estruturais, que têm vindo a ser analisadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelos próprios Ministros dos Negócios Estrangeiros, que têm vindo a dedicar uma atenção particular a esta temática da igualdade de género e do acesso à carreira diplomática, sob todas as suas dimensões. Quero continuar a acreditar, como disse, que a evolução vai num sentido positivo e que se encontrarão respostas, proximamente, para a pergunta que me colocou.

Para terminar, que conselho, ou conselhos, é que gostaria de dar aos jovens que desejam ser diplomatas no futuro?

No meu entender, e pela forma como tenho encarado o meu percurso, acredito que a carreira diplomática é um projeto de vida. É uma carreira de serviço, de dedicação e de muita perseverança. Precisamente por se tratar de uma carreira especial do Es-

tado, tem de ser compreendida pelos jovens que desejam ser diplomatas como uma carreira de enorme rigor, integridade e exigência. E essa exigência passa pelo estudo, pela leitura, pelo desenvolvimento de capacidades de análise, de poder de síntese, de capacidade oratória, mas também por uma enorme curiosidade pelo mundo. Não podemos distinguir mundos dentro do mundo. Um diplomata tem de estar aberto e flexível a um dia poder ser colocado num destino em relação ao qual nunca teve uma ligação especial, nem a vontade de trabalhar naquele país ou posto, ou até uma empatia pessoal particular, e saber aceitar que está em representação do Estado português e dos Portugueses.

Para mim, não há maior honra e maior responsabilidade do que essa, o serviço público. E, acima de tudo, acreditarmos que podemos fazer a diferença, em qualquer serviço interno ou destino estrangeiro em que sejamos colocados, em qualquer geografia.

A diplomacia portuguesa precisa de diplomatas com experiências diferentes, com *backgrounds* distintos, com origens diversas, sendo que todos somos chamados a fazer uma só e única coisa que é sermos ponte. Ponte entre países, entre pessoas, entre culturas, entre histórias.

E voltamos assim um pouco ao início da nossa conversa que sublinhava a dimensão humana da carreira diplomática, para mim a mais recompensadora e a mais gratificante. Eu encorajo muito os jovens que sentem que têm esta vocação a trabalhá-la e a pensá-la com grande seriedade, porque as escolhas nem sempre serão fáceis e o caminho nem sempre será o mais evidente. Mas o brilho e a magia deste projeto de vida profissional e pessoal, de que faz parte, nalguns casos, a nossa família nuclear e que nos leva a lugares por vezes distantes e diferentes, é o que para mim faz desta carreira a melhor do mundo.

“Gen Z” contra a corrupção: Protestos no Nepal destroem governo e desencadeiam transição política

Por Beatriz Inocência

Desde o início de setembro de 2025 que protestos anti-corrupção de larga escala inundaram as ruas nepalesas. O Nepal mergulhou numa crise política sem precedentes, devido a um bloqueio das redes sociais decretado pelo governo, que se transformou numa revolta popular comandada, maioritariamente, pela denominada Geração Z e que levou à demissão do primeiro-ministro, K. P. Sharma Oil, e à queda do governo.

Contexto pré-protestos

Desde a aprovação da Constituição de 2015 que o Nepal vive com governos instáveis, pois nenhum executivo foi capaz de completar um mandato inteiro, de 5 anos, alternando-se entre os mesmos líderes e com um ambiente de discórdia entre estes.

O descontentamento foi cada vez mais visível no país, especialmente pelos jovens, visto que são estes os que se estão a tornar como membros ativos da sociedade e estão a ver os seus direitos a desaparecer. Do desemprego elevado à insatisfação com as elites políticas impunes, bem como as expectativas pouco ou nada respondidas no que toca à educação e à mobilidade económica, o clima tornou-se cada vez mais tenso no Nepal.

O bloqueio das redes e a “Gen Z”

A 4 de setembro de 2025, o governo nepalês impôs um bloqueio de redes sociais, no qual 26 redes foram afetadas, alegando que as mesmas não estavam de acordo com as novas regras de registo digital.

A geração Z, mais conhecida pelos nomes “Gen Z” e “nativos digitais”, foi o bloco de população que mais se revoltou com os acontecimentos de setembro de 2025. Por terem tido uma vida, até à data, rodeada de tecnologia, aprenderam a comunicar, e interagir com base nisso. Como são conhecidos pelo ativismo social e por procurarem equilibrar a sua vida pessoal com a profissional foram o grupo populacional que mais se sentiu injustiçado com a crescente privação desses direitos e o ocorrido a 4 de setembro foi considerado como uma provocação e uma tentativa de cercear a liberdade de expressão.



Protestos Geração Z (Fonte, Wikimedia Commons, Peoples Dispatch)

Num primeiro momento, os protestos são pacíficos em Kathmandu, maior cidade e capital do Nepal, e visam o pedido da restauração das redes, o combate à corrupção e a responsabilização política pelo que se estava a passar no país.

No entanto, tudo muda quando começam a surgir mortos e feridos devido ao uso excessivo da força por parte das forças de segurança. O uso de gás lacrimogéneo, de força em demasia e de balas de borracha despertaram ainda mais o sentimento de injustiça na “Gen Z” e nem uma semana depois do início dos protestos a situação agravou-se.

O clima tornou-se explosivo com invasões e incêndios por toda a capital, bem como a edifícios governamentais, como a sede do parlamento e a 14 de setembro o número de mortos era de 72 pessoas, para além das centenas de feridos. Para além de todos os tumultos que estavam a acontecer, a fuga de mais de 13500 detentos das prisões nepalesas, que aproveitaram o caos dos protestos, também se tornou num fator agravante da situação.

Repercussões dos protestos

Dia 9 de setembro, o primeiro-ministro do Nepal, K.P. Sharma Oli renunciou ao cargo em resposta direta à pressão direta pública e à erupção dos protestos. Inicialmente, Sharma Oli tentou manter uma postura de autoridade, mas com o incêndio do Parlamento não viu outra hipótese a não ser a da demissão. O parlamento foi formalmente dissolvido, o bloqueio às redes sociais foi suspenso e foram agendadas eleições para 5 de março de 2026.

A 12 de setembro, foi escolhido o governo provisório que irá liderar o país durante os 6 meses até às eleições. Para esse efeito, foi organizada uma convenção virtual na plataforma Discord, por um grupo de jovens ativistas, com o intuito de decidirem quem é que seria o candidato com mais perfil para o tal.



Manifestantes incendeiam a sede do parlamento (Fonte: Narendra Shrestha/ EPA, jornal Renascença)

O nome sugerido ao Exército foi o da ex-presidente do Supremo Tribunal, Sushila Karki, sendo esta uma figura com um passado marcado pela luta contra a corrupção e foi esta a escolhida para chefiar o governo de transição e tornando-se na primeira mulher nepalesa a chefiar o Executivo.

Atualidade

A calma voltou gradualmente às ruas, com o levantamento de “curfews” e restrições em Kathmandu e outras regiões principais. Os serviços essenciais também já foram restaurados, sendo estes mercados, transportes e o comércio. Entretanto, há tensões persistentes no plano institucional, pois há investigações em curso sobre o uso excessivo da força pela polícia, que levou a dezenas de mortos nos protestos, bem como grandes críticas sobre a forma como o governo foi dissolvido e se esta foi uma dissolução constitucional ou não. Para além da crise política, teme-se que esta venha a desencadear também uma crise económica, pois uma influencia a outra.

O país tenta agora recompor-se dos choques institucionais, da violência, das perdas humanas e dos graves danos materiais e morais mas o maior desafio é restabelecer a confiança da população nas instituições.

A crise política no Nepal, desencadeada pelos protestos de setembro de 2025, ultrapassou as fronteiras nacionais. A posição geoestratégica do país, situado entre a Índia e a China, confere a esta instabilidade uma relevância regional de primeira ordem, tanto pela segurança das fronteiras como pelos investimentos em curso. Para a comunidade internacional, o essencial será a realização de eleições livres e credíveis e da implementação de reformas que restaurem confiança nas instituições. Esta crise política foi um enorme alavancar para a Geração Z no palco global, uma vez que esta não só se demonstrou resiliente para defender os valores pela qual é conhecida, como também não aceitou ser injustiçada e oprimida, mostrando assim o carácter generalizado dos futuros líderes mundiais.

Demissão do Primeiro-Ministro do Japão

Por Jorge Paixão

No início deste mês, concretamente no dia 7 de setembro, o Primeiro-Ministro japonês, Shigeru Ishiba, revelou em conferência de imprensa no seu escritório em Tóquio, a sua intenção de se demitir do cargo da Presidência do Partido Liberal Democrata (PLD), o que levou, consequentemente, à sua demissão também do cargo de Primeiro-Ministro. Este acontecimento sucedeu a uma conjuntura de falhanços eleitorais pelo governo de Ishiba, na tentativa de revigorar o aspeto do PLD perante o eleitorado japonês, tradicionalmente considerado como a força política dominante do Japão. O partido tem sido alvo de diversos escândalos internos desde o final do ano de 2023, dos quais se destacam um caso de corrupção partidária pela não declaração de fundos às autoridades tributárias e a relação dos seus membros mais importantes à Igreja da Unificação, levando o antecessor de Ishiba, Fumio Kishida, também a abandonar o cargo, no dia 1 de outubro de 2024.



Primeiro-ministro Japonês Shigeru Ishiba sai de uma conferência de imprensa no seu escritório em Tóquio, no dia 7 de setembro de 2025 (Fonte: The Dallas Morning News)

Contexto

Shigeru Ishiba, um membro da ala mais centrista do PLD, no dia 27 de setembro de 2024, após a sua quinta tentativa, foi eleito ao cargo da presidência do partido, ganhando na 2ª volta contra uma candidata mais conservadora, Sanae Takaichi, por 5,14% dos votos. O resultado desta eleição foi considerado por muitos como um fenómeno inesperado, não só pelas inúmeras tentativas anteriores de Ishiba ao cargo, mas também pelo facto de Takaichi ter ganho a 1ª volta com uma diferença de 3,68% dos votos. Por outro lado, a vitória do candidato mais moderado expôs uma

crescente rivalidade entre os membros mais conservadores do partido e o pragmatismo ideológico de Ishiba, essa oposição permanente demonstrou ser um obstáculo interno para Shigeru até ao fim do seu governo.

Um mês depois da sua eleição ao cargo de Primeiro-Ministro, no dia 27 de outubro de 2024, Ishiba dissolveu a Câmara dos Representantes, a Câmara Baixa da Dieta Nacional, na tentativa de recuperar a confiança do eleitorado após a demissão do seu antecessor. Contudo, após a contagem dos resultados, o PLD, em conjunto com o seu parceiro de coligação governativa, Komeito, perdeu no total 76 lugares, o que apresentou um novo desafio para o Primeiro-Ministro, que, consequentemente, foi obrigado a governar sem ter uma maioria numa das duas câmaras, dependendo assim de partidos da oposição, como o Partido da Inovação do Japão e o Partido Democrata pelo Povo, para passar legislação.

O legado negativo de Shinzo Abe e Fumio Kishida, obrigou também o Primeiro-Ministro a procurar reformar um conjunto de leis ligadas à transparência das campanhas políticas, um processo começado pelo seu antecessor, nomeadamente a exclusão da facção de Abe no seu gabinete, a punição dos membros do PLD envolvidos no escândalo de não-declaração de fundos e, em Dezembro de 2024, a segunda revisão da Lei de Fundos Políticos, com a intenção principal de tomar controlo da corrupção interna dos partidos através de diversas restrições como o fim do financiamento de atividades partidárias pelos próprios partidos e a melhor monitorização das finanças dos partidos, com a publicação dos seus rendimentos e das suas despesas no final de cada mês. Contudo, com um governo minoritário, as reformas do PLD permaneceram em discussão, sem ainda existir um consenso entre partidos, com várias propostas diferentes apresentadas pela oposição. Relativamente à economia, Ishiba e o seu gabinete, procuraram aliviar os efeitos do crescimento da inflação através de estímulos fiscais, com um grande destaque para o caso do arroz, que sofreu um aumento de cerca de 90% entre julho de 2024 e 2025, estas medidas foram aprovadas pelo governo com o apoio do Partido Democrata pelo Povo.

Contudo, mesmo com todos estes esforços do executivo, perante o descontentamento do eleitorado e a incapacidade de o governo passar legislação significativa, não houve condições para permitir uma mudança na perceção positiva do PLD. Neste contexto, em ambas as eleições locais de Tóquio a 22 de junho de 2025 e eleição nacional da câmara dos conselheiros que ocorreu um mês depois, o PLD e o Komeito perderam as suas maiorias. Perante este resultado, o Primeiro-Ministro, no dia 23, assumiu a responsabilidade pela incapacidade de restaurar a confiança do eleitorado no governo, reforçando a sua intenção de permanecer no cargo até ao fim do seu mandato, um rumor que tinha começado a ser espalhado pelos meios de comunicação nacionais, mas como sabemos, mais tarde Ishiba mudaria a sua posição em setembro, existindo duas razões principais para esta mudança de posição em pouco tempo, sendo a primeira destas as negociações co-

merciais que estavam a decorrer na altura entre os Estados Unidos da América e o Japão, que devido ao receio de não serem terminadas até à data limite estabelecida de dia 1 de agosto, obrigaram Ishiba a permanecer como Primeiro-Ministro até à sua conclusão, com a assinatura do “Memorandum of Understanding on Investments”, um acordo entre ambas as nações, que permitia a redução de taxas alfandegárias em troca de investimentos japoneses nos Estados Unidos da América. Além disso a segunda razão para esta mudança foi a pressão interna dos membros do Partido Liberal Democrata, com um possível desafio interno à liderança de Shigeru Ishiba, resultante do crescente descontentamento dos membros de ambas facções conservadora e moderada, não só pelos resultados insatisfatórios das eleições, mas também por aquilo que muitos consideravam ser falta de responsabilidade fiscal, nomeadamente a recorrência a estímulos fiscais, tendo sido mesmo acordada uma reunião entre membros para discutir a capacidade de liderança de Ishiba no dia 8 de setembro, um dia antes da sua demissão.

O sucessor de Shigeru Ishiba

A demissão de Shigeru Ishiba continua apenas uma sucessão de desafios e escândalos que levaram os últimos três Primeiros-Ministros do Japão a demitirem-se antes de o seu mandato ter acabado, com um crescente descontentamento, e paralelamente, desconfiança no estabelecimento político, uma tendência que se tem tornado gradualmente comum ao longo desta última meia década entre as democracias liberais. Ao mesmo tempo, o legado de Ishiba apresenta um desafio para o Partido Liberal Democrata: quem tomará agora o papel de liderança? Neste contexto existem dois candidatos principais, Shinjirō Koizumi, Ministro da Agricultura, ex-ministro do Ambiente e filho do ex-Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, considerado como o candidato mais moderado, semelhante ao pragmatismo de Ishiba, com o seu maior destaque sendo o combate à inflação, por considerar que se está no começo de um novo ciclo económico nacional e que se deve dar maior ênfase ao combate da inflação ao contrário da deflação, defendendo também a diminuição dos preços de gasolina em conjunto com o aumento dos ordenados, ambas medidas com o propósito de incentivar a confiança dos consumidores.

E a Sanae Takaichi, ex-ministra da Segurança Económica e do Interior, a candidata da facção conservadora que perdeu a sua segunda campanha ao cargo da presidência do partido na eleição de 2024 contra Shigeru. Economicamente as suas propostas são consideradas como mais fiscalmente liberais, especialmente em comparação com outros membros do PLD, com por exemplo, a pretensão de duplicar a economia japonesa numa década, através de aumentos na despesa pública do governo, a reativação de plantas de energia nuclear e o financiamento de investimentos em indústrias nacionais de semicondutores e inteligência artificial. Sanae é considerada também como uma candidata mais nacionalista por não negar a possibilidade de ir visitar o Santuário Yasukuni, uma tradição dos Primeiros-Ministros abandonada nas últimas décadas, o templo é considerado como um símbolo religioso polémico pela

sua ligação aos soldados japoneses da Segunda Guerra Mundial, um claro distanciamento do seu antecessor, Ishiba, que demonstrou pela primeira vez arrependimento pelas ações do Japão durante o conflito, além de apoiar um refortalecimento das forças militares com algum ênfase na defesa nacional. Se eleita, seria a primeira mulher a exercer o cargo na História do Japão.

Existe uma clara continuação da divisão ideológica do PLD entre estes dois candidatos, com dois possíveis caminhos para o futuro do partido, a continuação de uma governação focada em centrismo pragmático, com maior ênfase no impacto da inflação e subida de preços perante a população, com a tentativa de restabelecer alguma confiança do eleitorado no sistema político nacional, ou uma viragem para uma direita mais conservadora com maior preocupação nas áreas da segurança nacional, da crise de natalidade e da melhor integração das populações imigrantes, na tentativa de cativar o eleitorado de ambos o Sanseito e o Partido Conservador Japonês.

Impacto Internacional

Internacionalmente, a demissão de Ishiba enquanto Primeiro-Ministro, não apresenta nenhuma ameaça imediata aos parceiros internacionais do Japão, pelo PLD continuar a ser a maior força política do país, com uma grande probabilidade de o seu próximo presidente ser eleito enquanto Primeiro-Ministro. Contudo, semelhante a outros países como a França e a recente demissão de François Bayrou, a demissão de um terceiro Primeiro-Ministro em menos de cinco anos, em conjunto com a fragmentação ideológica do sistema político japonês, através da ascensão de novos movimentos ideológicos populistas, como alternativa aos partidos tradicionalmente de oposição, demonstra um grande desafio para qualquer governo que pretenda passar legislação significativa.

É neste sentido que a demissão do Primeiro-Ministro teve maior efeito na reação do mercado internacional, com uma subida do valor das taxas de retorno dos títulos públicos japoneses a 30 anos. Existe também a possibilidade, caso Sanae Takaichi ganhe a eleição, de que o Japão coloque maior ênfase na sua segurança nacional com possíveis investimentos nas forças defensivas, sendo o refortalecimento das forças militares um tema de grande discussão no contexto da sociedade política japonesa. Possivelmente, este investimento em conjunto com um governo mais nacionalista, poderá forçar uma reconfiguração do *status quo* das relações entre o Japão e a China.

Eleições na Noruega

Por João Confraria

No início de Setembro realizaram-se as eleições Norueguesas depois de o último governo minoritário dos trabalhistas ter caído perante cisões dentro da coligação que o havia suportado até então. Numa eleição que contou com uma participação de 78% dos votantes, a vitória acabou por sorrir aos trabalhistas com a reeleição do Primeiro-Ministro, Jonas Støre, que contou com 28,2% dos votos e 53 assentos parlamentares. Neste quadro, Jonas Støre precisa do apoio de 4 partidos de esquerda que, formando uma coligação, totalizam uma maioria de 87 mandatos no parlamento norueguês. Assim, Støre, para governar, irá precisar de negociar com a esquerda radical, o orçamento, a política fiscal direcionada aos ricos, as alocações de investimentos do fundo soberano norueguês e a diminuição da exploração do petróleo, matérias fundamentais para os socialistas, verdes e marxistas e em que divergem significativamente do executivo de Støre.

Segundo os analistas, uma alavanca fundamental da vitória do executivo incumbente foi o que a oposição designou de efeito Stoltenberg, aludindo ao regresso do ex-Secretário-Geral da NATO como ministro das Finanças do executivo trabalhista. Em segundo lugar e um dos principais marcos destas eleições foi a duplicação dos votos do *Progress*, o partido de extrema-direita liderado por Sylvi Listhaug que obteve quase 24% dos votos e 48 mandatos parlamentares e se instalou como segunda força política e principal oposição ao governo, fenómeno evidenciado em vários países. Este crescimento vertiginoso da extrema direita deve-se, em primeiro lugar, à queda da popularidade dos democratas cristãos liderados pela ex-primeira-ministra Erna Solberg, que viu a fuga de votos para o partido de Listhaug. Em segundo lugar, este crescimento assentou no voto jovem, maioritariamente de homens, que se radicalizou significativamente nos últimos quatro anos, sendo que não se revêem nos partidos clássicos que construíram o modelo social norueguês.

O maior golpe da noite eleitoral foi para o partido Conservador de Erna Solberg que alcançou apenas 24 assentos parlamentares, perdendo o lugar de principal oposição, fechando-se assim um ciclo político rotativo entre o centro-direita e o centro-esquerda, algo que temos vindo a assistir em vários países da Europa.

Neste quadro, estas eleições foram acima de tudo marcadas tanto por questões externas, já que a Noruega partilha parte da sua fronteira com Rússia, tanto por questões internas. No âmbito da política interna, o foco esteve na fiscalidade, em particular a que atinge os noruegueses mais ricos. A questão surge perante o imposto de 1% aplicado a todos os noruegueses que tenham capital equivalente ou superior a 1.760.000 milhões de coroas norueguesas, o equivalente a 175.000 mil dólares. Esta medida mostrou a incapacidade de os governos atualmente taxarem os mais ricos na época da globalização financeira, pois deu azo a um êxodo de capital

da Noruega para a Suíça, jurisdição com menos impostos sobre o capital. Assim, o partido de extrema-direita de Listhaug deixou explícito que ambicionava acabar com este imposto, ao mesmo tempo que o partido Conservador, a atual terceira força política, não ia tão longe mas apontava para o fim do imposto sobre o capital financeiro, designadamente o que incide sobre as ações. O Partido Trabalhista recusou ambas estas opções, com Stoltenberg a dizer que tinha receio de um sistema fiscal onde os ricos acabassem por pagar poucos impostos. Perante a nova força dos parceiros à esquerda dos Trabalhistas e o seu papel fulcral em manter a estabilidade governativa, tudo aponta para que o imposto se mantenha ou até aumente, como alguns partidos da esquerda radical tem defendido.

Outras questões internas que, neste caso, fizeram a esquerda mais radical crescer, foram o aumento do custo de vida e a crescente desigualdade na Noruega. Com o seu histórico modelo social e redistributivo em crise, a acumulação crescente de riqueza no topo da tabela de distribuição tem alarmado a classe média e, acima de tudo, os ainda sólidos sindicatos Noruegueses. Finalmente ainda no contexto interno, uma questão que marcou o debate eleitoral e uma fonte de cisão entre os trabalhistas e os seus parceiros à esquerda foi a exploração de recursos naturais no país sendo que a esquerda socialista e marxista quer reduzi-la significativamente, enquanto os trabalhistas querem manter a exploração atual ou até aumentá-la. Neste contexto é importante mencionar que desde a destruição do Nord Stream, a Noruega ultrapassou a Gazprom como principal fornecedor de gás dos parceiros europeus. Nesta questão parece que os eleitores estarão mais próximos de Støre e do seu governo já que o modelo social norueguês assenta em grande parte nas receitas provenientes dos recursos naturais e nas reservas monetárias de euros que são fundamentais para o comércio com a UE.

O fundo soberano Norueguês de dois triliões de dólares, tem participações em empresas israelitas, algumas das quais têm participado ativamente no esforço de ocupação israelita e nos ataques à Faixa de Gaza. A partir de Julho o governo começou a retirar parte dos seus investimentos em mais de 20 empresas israelitas, mas os parceiros à esquerda querem acabar totalmente com os investimentos no país de Netanyahu apontando para o possível incumprimento com o direito internacional por parte do governo norueguês. Esta pressão por parte da esquerda foi vista com bons olhos por parte dos eleitores que a recompensaram nas urnas estando muito preocupados com os crimes humanitários na Faixa de Gaza. Para além disso, no plano externo, o imperialismo russo também é visto com muita preocupação, tendo marcado parte dos debates eleitorais. Neste ponto, os trabalhistas conseguiram convencer os eleitores já que, como referido acima, integraram o ex-Secretário-Geral da NATO no painel governativo criando uma sensação de segurança na percepção pública, segundo a Reuters.

É importante destacar ainda nestas eleições, a exceção norueguesa no contexto nórdico no que toca à infiltração da extrema-direita em coligações governativas. Na



Jonas Gahr, líder do Partido Trabalhista norueguês, celebra a vitória e segue para um segundo mandato enquanto primeiro-ministro (Fonte: BBC)

Suécia o governo de Ulf Kristersson do partido de centro-direita é apoiado pela extrema-direita, já que ao longo dos últimos anos houve uma aproximação rápida entre os dois blocos políticos, fenómeno que temos vindo a evidenciar em vários países, designadamente em Portugal. Na Finlândia o quadro é semelhante, com o governo do líder dos conservadores Petteri Orpo a integrar a extrema-direita, conferindo-lhe até, aquando da eleição, vários ministérios, incluindo o das Finanças e do Interior. Em ambos os casos, o crescimento da extrema-direita deveu-se em primeiro à retórica anti-imigração, em segundo à radicalização dos jovens, maioritariamente homens, e finalmente à perda por parte dos sociais-democratas dos bastiões sindicais que suportaram o centro-esquerda eleitoralmente por grande parte do pós-guerra. Com este enredo é fácil indicar que parece haver um fenómeno eleitoral que inclui o esvaziamento obrigatório de um partido do centro-esquerda ou do centro-direita para dar lugar à extrema-direita. No entanto este pêndulo parece depender de situações maioritariamente circunstanciais, ou seja, por um lado onde os partidos de centro-direita se aproximam da extrema-direita e onde a esquerda governou nos últimos anos, é esta última que acaba por ser esvaziada a favor de coligações. Isto dá-se por causa do desgaste político e de uma viragem à direita de todo o espectro político, principalmente do eleitorado do centro. Em países onde o centro-esquerda é visto como competente, não dominou a governação dos últimos 10 anos e parte do eleitorado recusa qualquer integração da extrema-direita, o centro-direita acaba esvaziado como aconteceu na Noruega e em parte nos últimos anos em Espanha.

Se for possível retirar alguma coisa geral deste fenómeno, é que na maior parte dos casos tem sido o centro-esquerda a ser esvaziado, principalmente porque é mais fácil para os partidos de centro-direita incorporarem algumas políticas e narrativas da extrema-direita mas ao mesmo tempo parecendo moderados e traçando algumas linhas vermelhas, por exemplo sobre o Estado de Direito. Isto acontece porque o eleitorado do centro tem virado cada vez mais à direita à medida que a narrativa anti-imigração se incrusta na esfera pública, deixando assim o centro-

esquerda, historicamente humanista, numa situação difícil em termos eleitorais e de disputa da agenda política.

Mesmo assim, não parece que este pêndulo se segure por muito mais tempo perante a crise do sistema partidário liberal e a alta probabilidade que a extrema-direita vá governar e ganhar eleições nos anos vindouros por toda a Europa. Para além deste quadro mais geral, a Noruega, em particular, tem desfrutado das crescentes exportações de gás para o seio da UE que contribuiu em grande parte para um crescimento do PIB em 2,1%, acima da média europeia. Este clima de estabilidade económica, a que acresce os crescentes lucros do Fundo Soberano, fortaleceu os trabalhistas e, apesar do crescimento da extrema-direita, deu confiança ao Primeiro-Ministro. O próprio Støre, triunfante, disse que “estas eleições são um sinal para os outros países que os sociais-democratas podem ganhar mesmo com o crescimento da extrema-direita”. Mesmo neste panorama, reina acima de tudo a contingência, já que não podemos descartar um cenário em que a extrema-direita continue a crescer, principalmente quando é, atualmente, a principal força de oposição na Noruega.



*Sylvi Listhaug, líder do partido de extrema-direita Progress, a votar
(fonte: Eunews)*

Queda de (mais um) governo francês após chumbo de moção de confiança

Por Raquel Bravo

No dia 9 de setembro, uma nova crise política abalou a França. Em causa esteve o chumbo de uma moção de confiança ao governo de François Bayrou, o terceiro Primeiro-Ministro francês a perder o cargo no espaço de um ano.



Antigo Primeiro-Ministro francês, François Bayrou (Fonte: RTP Notícias)

Como se desencadeou?

A França enfrenta atualmente fortes desafios económicos, em grande parte relacionados com o seu elevado nível de despesa pública, que se encontra entre os mais altos do mundo em percentagem do PIB. Perante esta conjuntura económica, o executivo de Bayrou apresentou a proposta de orçamento para 2026, que previa cortar 44 mil mi-

lhões de euros em despesa pública e aumentar a produtividade. Entre as medidas concretas, incluía-se o fim de dois feriados nacionais e o congelamento das reformas por um ano. Estas ideias foram, portanto, rejeitadas pela oposição, levando Bayrou a convocar uma moção de confiança, aposta denominada pela oposição como “suicídio político”, culminando na sua demissão enquanto Primeiro-Ministro.

Por um lado, e na visão do presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista, Boris Vallaud, o cenário de falta de apoio às propostas de redução da dívida na Assembleia Nacional afigurou-se “bastante triste”. Já do lado da França Insubmissa (esquerda radical), Mathilde Panot saudou o resultado da votação.

Qual a solução?

O chefe de Estado francês podia, portanto, optar por uma de duas opções: nomear um novo Primeiro-Ministro ou convocar eleições antecipadas. Desde o início, Emmanuel Macron mostrou-se crítico da ideia de levar o país a eleições, opinião não partilhada pelos partidos de extrema-direita, como a Reunião Nacional, nem pela extrema-esquerda, que pretendiam não apenas eleições antecipadas como também a demissão do próprio Macron.

No entanto, o Presidente acabou por anunciar a nomeação de Sébastien Lecornu como Primeiro-Ministro, cargo que não se avizinha tarefa fácil visto que terá que enfrentar os mesmos problemas orçamentais que derrubaram Bayrou e, consequentemente, trabalhar num ambiente instável e frágil.

Assim, desde que iniciou o seu segundo mandato enquanto Presidente, Emmanuel Macron já teve cinco Primeiros-Ministros.



Primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu (Fonte: Euronews)

Para além da crise parlamentar

Para além da crise política que se vive dentro do parlamento, e da crise económica que a gerou, a França enfrentou um setembro tenebroso, marcado por forte contestação social. “Bloqueiem tudo” foi o lema que marcou o dia 10 de setembro, quando se iniciaram as manifestações, bloqueios de estradas e interrupções de transportes. No dia

18 de setembro, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas em várias cidades francesas para expressar o descontentamento com a política económica e social do governo.

Volvidos sete anos dos protestos dos “Gilets Jaunes” ou Coletes Amarelos, um novo movimento de cidadãos que, do mesmo modo, cresceu nas redes sociais, ganhou força. Contudo, é ainda difícil estabelecer uma comparação com os eventos de 2018, já que, desta vez, a base do movimento é mais jovem e de um espectro social mais alargado. Mas é sobretudo devido a este último facto que a sua agenda é mais vasta, que tem como objetivo alterar o modelo político do país, que consideram neoliberal e corrupto.



Protestos em Paris, na Place de la République

Consequências

A queda do governo causa não só muita instabilidade em França como também na UE, dado o país ser a segunda maior economia da União. Se a França enfrenta bloqueios políticos, tal trará consequências económicas para a UE, devido, por exemplo, à falta de investimento e à redução da produtividade, que levam à falta de uma posição clara dentro da organização quanto a questões de política agrícola, comercial e industrial.

Concluindo, a França enfrenta não apenas uma crise orçamental, mas também uma crise de confiança entre cidadãos e governantes. A constante sucessão de Primeiros-Ministros mostra a dificuldade de governar com um parlamento fragmentado. Sem um acordo político firme, a França arrisca-se a permanecer politicamente instável, enfraquecendo o papel do país na União Europeia e a sua capacidade de enfrentar os desafios globais.

Blackrock e companhia: o papel desconhecido das detentoras de ativos na política internacional

Por Johan Schäfer

Um grupo de atores extremamente influente na decisão e implementação da política externa são as detentoras de ativos (*asset managers*). Empresas como a Blackrock, Vanguard, State Street, e muitas outras, funcionam como intermediários entre os investidores/clientes e os seus alvos, recorrentemente ações de multinacionais. O que acontece no meio destas organizações permanece obscuro, razão para este artigo divulgar alguma informação sobre este tema. A partir deste momento, utilizar-se-á a Blackrock como principal ator e empresa neste setor, nunca esquecendo os restantes, muitos dos quais oriundos dos Estados Unidos da América.

O modelo de negócio

Para perceber melhor o modo de funcionamento da Blackrock, apresentar-se-á um exemplo teórico. Imaginemos um indivíduo extremamente rico que opta pelo anonimato e resguardado do escrutínio dos meios dos jornalistas. É, neste momento, que a Blackrock entra em jogo: através de contactos discretos com advogados e gestores de forma a encontrar maneiras de investir esses fundos. Recebem conselhos dos melhores peritos na área, assim como dos programas de computadores mais potentes do mundo, tudo para a Blackrock, e o investidor, maximizarem os lucros. Estes são desviados para paraísos fiscais, como a Irlanda, o Luxemburgo, as Ilhas Caimão ou o estado norte-americano de Delaware, no qual se encontra a sede da Blackrock. Isto funciona através de complexas teias de sub-empresas com donos que nem sequer existem, o que lhes permite fugir, com sucesso, ao fisco e ficando o dinheiro ao dispor do investidor, como frisa o autor Werner Rügemer.

A influência das detentoras de ativos

Além dos clientes individuais, a Blackrock conta com biliões (milhões de milhões) de dólares dos fundos de pensões, particulares e estatais, assim como de seguradoras. Só esta empresa gere, no mínimo, 12 biliões de dólares em ativos, possuindo ações em 18.000 empresas em todos os países do mundo ocidental. As empresas vêm de todos os setores possíveis: energia (Exxon e Shell), banca (JPMorgan Chase, Citibank), farmacêuticos (Bayer, Johnson & Johnson), agrobusiness (Nestlé, Cargill), media (desde o New York Times liberal até à Fox News conservadora), big tech (Amazon, Apple, Google, Microsoft, Meta, Nvidia), carros (Mercedes, BMW), armamento (Rheinmetall, Boeing) e por aí fora. Pode-se afirmar que a Blackrock, em junção com outras detentoras de ativos, como a Vanguard ou State Street, detêm em média 25% de todas as gigantes empresas do mundo ocidental. Por vezes escondem-se atrás de denominações fora do vulgar, como "Trident Merger LLC" ou "Luxemburg Holdco

Sarl". E, tudo isto, com, apenas, alguns milhares de empregados, sendo que os bancos tradicionais gerem menos fundos com cerca de 50 vezes mais trabalhadores.

Fazendo uma ponte com a política, o poder de tais quantias de dinheiro traduz-se, automaticamente, em influência junto dos decisores. A maior parte da mesma acontece através de encontros de lobby à porta fechada para decidir, por exemplo, o conteúdo de uma legislação, assim como se e quando ela deve ser implementada. No entanto, existem exceções, onde o poder se torna visível a toda a gente. O atual chanceler alemão, Friedrich Merz, trabalhou, a partir de 2016, como lobbyista para a Blackrock. Também nos Estados Unidos e em França se podem verificar ligações diretas entre o Governo e a empresa. E, apesar de a Blackrock ser o maior acionista em 39 das 40 maiores empresas alemãs, apenas possui uma pequena e modesta sucursal em Munique. Discrição é imperativa no mundo dos negócios.

Larry Fink e Aladdin, duas peças centrais

O chefe da Blackrock, Larry Fink, é convidado regular em convívios com os decisores políticos do mundo. Está todos os anos presente no Fórum Económico Mundial (WEF) em Davos, encontra-se, regularmente, nas reuniões do grupo Bilderberg etc.

Outro dos troféus da organização é o seu extraordinário programa de avaliação de riscos nos investimentos: Aladdin. Com a quantidade imensurável de dados a que tem acesso, consegue construir na perfeição modelos dos desenvolvimentos no presente e no futuro dos mercados financeiros, assim como dos acontecimentos políticos a eles associados. Nos últimos anos, gerou pelo menos 22 milhares de milhões de dólares em ativos. Não apenas da Blackrock, mas também de outras empresas e particulares. Isto quer dizer que apenas um sistema informático controla mais de 10% de todos os ativos a nível mundial.

O perigo do poder concentrado para as democracias

Após este artigo sobre a Blackrock e companhia, surge a problemática da influência enorme de poucas entidades e indivíduos nas nossas sociedades. As detentoras de ativos, por um lado, têm imensas possibilidades de gerir biliões de dólares, por outro, poucos as conhecem. Entre outros, o jornalismo tem o dever de informar a população sobre este tipo de práticas. Esta assimetria de poder significa um contraste com a transparência, um valor da democracia moderna. A assimetria deve portanto ser removida o mínimo necessário e o máximo possível, acima de tudo por meio de um escrutínio independente e persistente por entidades estatais, ONGs e jornalistas.



Sede da Blackrock em Munique (Fonte: Mux.de)

Conflito Clarificado: Conflito Israelo-Palestiniano

Que conflito é este?

O conflito Israelo-Palestiniano é um conflito político e militar entre Israel, apoiado diplomaticamente pelos Estados Unidos, e a Palestina, dividida entre a Autoridade Nacional Palestina, reconhecida internacionalmente como representante do povo palestino que detém controlo parcial sobre os territórios palestinos na Cisjordânia, e o Hamas, uma organização islamita, apoiada pelo Irão, que controla a faixa de Gaza.

Como é que surgiu?

Apesar da Primeira Guerra Israelo-Árabe ter iniciado apenas em 1948, as origens do conflito surgiram um século antes, com a criação do movimento Sionista. Este movimento, fundado nos finais do século XIX em resposta à repressão do povo judaico na Europa e, em particular, dentro do Império Russo, procurou, após alguma deliberação de vários locais, fundar um Estado judaico na Palestina, considerada pelos judeus como a sua terra ancestral. Estes desenvolvimentos, bem como uma série de ondas de violência contra o povo judaico dentro da Rússia que incentivaram muitos a abandonar o país, marcaram o início do processo de imigração judaica para a Palestina, então sob o controlo do Império Otomano, um Estado turco que controlava uma parte significativa do Médio Oriente. Estes movimentos migratórios seriam apoiados na esfera política por grupos de pressão que visavam a promoção internacional dos interesses do movimento Sionista, culminando na Declaração de Balfour de 1917, onde o governo britânico se comprometeria à criação de um lar nacional judaico na Palestina.

Ao mesmo tempo que o movimento sionista se desenvolvera, o povo árabe, então maioritariamente sob o domínio otomano, começara a desenvolver a sua consciência nacional. Exposto a ideais iluministas, sob um período de abertura política dentro do Império Otomano e impulsionado pela expansão da imprensa no Médio Oriente, este movimento viria a contestar o controlo turco sobre regiões predominantemente árabes, pelo que as elites urbanas árabes promoveriam a criação de uma identidade nacional comum em oposição às tentativas do governo Otomano de incitar a leal-



Mapa de Israel (azul) e a Palestina (fronteiras reconhecidas internacionalmente delineadas a vermelho, territórios sob controlo palestino a verde) (Fonte: Al Jazeera)

dade dos povos dentro do Império, inspirando-se em parte nos movimentos nacionalistas dos Balcãs que obtiveram a independência das suas nações contra os Otomanos. Este movimento culminaria na Revolta Árabe de 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, que viu o povo árabe, com apoio do Reino Unido e da França, a iniciar uma revolta armada contra as autoridades otomanas.

Na Palestina, tensões entre o sionismo e o nacionalismo árabe obteriam proeminência após o fim da Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Otomano. No rescaldo da guerra o Reino Unido, que inicialmente prometera ceder os territórios otomanos de maioria árabe para a criação de um Estado árabe independente em troca do seu apoio, fundou o Mandato da Palestina, um governo colonial reconhecido pela Liga das Nações, antecessora das Nações Unidas, que durou de 1919 até 1948. Esta transferência de soberania sem o consentimento da população árabe, levou a tensões entre estes e as autoridades britânicas, enquanto que a crescente imigração judaica, apoiada pelo governo britânico, viria a ser vista como um risco aos objetivos do movimento nacional Árabe. O início do Mandato foi seguido de uma gradual radicalização entre judeus e árabes que entraram em conflito entre si e contra as forças britânicas. Uma revolta popular árabe entre 1936 a 1939 levaria ao governo britânico procurar limitar a imigração judaica para a região, comprometendo-se também em criar um Estado palestino independente dentro de um período de dez anos.

O deflagrar da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto por parte da Alemanha Nazi levaria à fuga de milhões de judeus da Europa ocupada. Contudo, vários Estados, inclusive o Reino Unido, responderam a esta vaga de refugiados com relutância, criando vários obstáculos contra a sua imigração. A nova urgência na procura de um espaço seguro para o povo judaico e a rejeição de vários governos em acolher um maior número de refugiados levou a uma onda de imigração ilegal, organizada por grupos sionistas em oposição às restrições determinadas pelas autoridades coloniais, para a Palestina Mandatária, fator que contribuiu para o aumento da proporção da população judaica na Palestina, passando de 11% em 1922 para cerca de 32% em 1948. Durante o conflito, uma série de grupos paramilitares judaicos radicalizados realizaram uma série de assassinatos e atos de terrorismo contra o governo mandatário. Eles foram, no entanto, opostos pelas organizações principais do movimento sionista na Palestina.

A reação da população árabe na Palestina relativamente à guerra foi mista. Por um lado, cerca de 12.000 árabes palestinos voluntariaram-se para combater nas forças armadas britânicas, com apoio de várias figuras e organizações proeminentes dentro da comunidade, e até combateram dentro de batalhões mistos com voluntários judaicos. Por outro lado, um número de figuras palestinas, inclusive Amin al-Husseini, um dos líderes do movimento árabe na Palestina durante a revolta de 1936, apelaram, sem sucesso, para que a população árabe se revoltasse contra as autoridades britânicas e contra o movimento sionista, obtendo o apoio da Alemanha Nazi.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, as tensões existentes entre as comunidades judaica e árabe reacenderam-se, pelo que a situação evoluiu rapidamente para uma guerra aberta entre o Conselho Nacional Judaico, que representava o povo judaico, e seus aliados, o Comité Superior Árabe, representante do povo árabe, e as autoridades mandatárias britânicas, que viram a sua autoridade a desintegrar-se rapidamente. No cerne desta deterioração para uma guerra civil na Palestina Mandatária encontra-se a Resolução 181 das Nações Unidas. Esta resolução procurou dividir a região em dois Estados, atribuindo 56% do território para uma nação judaica e 42% para uma nação árabe. A resolução foi aceite pelos representantes da comunidade judaica mas rejeitada pelo Comité Superior Árabe, que justificaram a sua decisão com a apreensão de ser atribuída menos de metade do território apesar de representar a maioria na região.

Em 1948, num ambiente de plena guerra civil, as autoridades britânicas retiraram-se da Palestina, incapazes de pôr fim à violência. Imediatamente após o fim do Mandato britânico, representantes judaicos declararam a independência de Israel, sendo que esta declaração foi seguida por uma intervenção militar por parte da Liga Árabe, uma organização que englobava vários estados árabes, iniciando a Primeira Guerra Israelo-Árabe. Este conflito terminou com uma vitória israelita, que formou o Estado de Israel na maioria do território da Palestina Mandatária, pelo que milhares de palestinos abandonaram ou foram expulsos destes territórios, um acontecimento denominado pelos palestinos de Nakba. Adicionalmente, a Jordânia e o Egito, ambos participantes no conflito, ocuparam, respectivamente, a Cisjordânia e na Faixa de Gaza, dois territórios originalmente alocados para o Estado palestino, enquanto que milhares de judeus oriundos de Estados árabes, muitos sofrendo de discriminação nos seus países de origem após o fim da guerra Israelo-Árabe, emigraram para Israel.

Durante as décadas após o final da guerra, tensões entre Israel e os Estados árabes levavam a hostilidades periódicas, em particular um conflito em 1956 que ficaria conhecido como a Crise do Suez. Contudo, em 1967, Israel, percebendo um risco de uma invasão por parte do Egito e da Síria, lançou um ataque contra estes Estados, levando a uma resposta da Jordânia e do Iraque, iniciando assim a Guerra dos Seis Dias. Este conflito terminou numa vitória israelita, que viria a ocupar os restantes territórios palestinos bem como a península de Sinai e dos Montes Golã, estas últimas áreas previamente sob o controlo do Egito e da Síria, respetivamente. Mais tarde, Israel viria, num acordo de paz com o Egito, a restituir-lhe os territórios, mantendo, na ausência de um semelhante acordo com a Síria, controlo dos Montes Golã.

Após o fim da Guerra dos Seis Dias a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), criada pela Liga Árabe em 1964 para representar a população palestina, iniciaria uma campanha de ataques contra Israel, primeiro a partir da Jordânia, que a expulsaria do seu território em 1971 após tensões entre o governo do e o

grupo, em parte alimentadas por confrontos entre este e Israel em solo jordaniano, depois a partir do Líbano, presença que viria a organização a envolver-se nas disputas religiosas do país, contribuindo assim para as tensões que culminariam na Guerra Civil Libanesa de 1975, e mais tarde a intervir no conflito em si até à invasão israelita do Líbano em 1982 que forçou o grupo a deslocar-se para a Tunísia.

Em 1987, a população palestina em Israel, alegando que o Estado israelita aumentou a sua repressão contra eles e opondo-se à criação de colonatos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, revoltou-se contra o governo, iniciando a Primeira Intifada, que viria a terminar apenas em 1993 com a assinatura dos primeiros Acordos de Oslo. Estes tratados visavam criar uma base para as relações entre Israel, que reconheceu a OLP enquanto representante do povo palestino e aceitou a criação da Autoridade Nacional Palestina, uma instituição liderada pela OLP que governaria a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, e a Palestina, sendo que a OLP reconheceu o Estado de Israel e viria a liderar a Autoridade Palestina.



Guerra dos Seis Dias (fonte: G1-Globo)



Assinatura dos Acordos de Oslo entre o Primeiro-Ministro israelita, Yitzhak Rabin (à esquerda), o Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat (à direita) e o Presidente Norte-Americano, Bill Clinton (ao centro) (fonte: Wikipédia)

No entanto, oposição violenta por extremistas israelitas e palestinos contra os Acordos, inclusive com o assassinato de Yitzhak Rabin, o primeiro-ministro de Israel, por um ultranacionalista israelita e de ataques terroristas pelo grupo islamita Hamas, que defendia uma luta armada contra Israel, que atingiram alvos israelitas, bem como a uma oposição mais abrangente por vários setores das sociedades destes países levariam à estagnação das negociações de paz. Israel não renunciaria por completo ao seu controle de território palestino e continuaria a fundar novos colonatos, argumentando que a presença de riscos para a segurança de Israel em território palestino justificava tais medidas, enquanto que vários grupos armados palestinos, inclusive o Hamas e seus aliados, viriam a importar equipamento militar e a consolidar a sua força.

O não cumprimento dos Acordos de Oslo e as tensões persistentes entre Israel e a Palestina levaram à Segunda Intifada, uma revolta popular palestina que decorreu de 2000 até 2005 e foi marcadamente mais violenta que a Intifada anterior. Este conflito, que viu milhares de palestinos e israelitas mortos, na sua maioria civis, foi seguido da remoção por Israel de todos os colonatos na Faixa de Gaza e da sua imposição de controles sobre bens e pessoas palestinas, apoiado pela construção de uma barreira a separar a Cisjordânia de território israelita e de vários colonatos dentro da região.

Em 2006, a Faixa de Gaza obteve ainda mais protagonismo quando o Hamas ganhou as eleições legislativas palestinas realizadas nesse ano, que ocorreram num contexto da perda da confiança na Fatah, grupo dominante dentro da OLP, após um escândalo de corrupção. O grupo foi, no entanto, incapaz de formar um governo devido à incapacidade de conciliar as suas posições com os restantes partidos palestinos, conduzindo a uma guerra civil em Gaza. Este conflito conduziu à expulsão da Fatah e seus aliados da Faixa de Gaza e à divisão do controle dos territórios palestinos entre as duas forças. A vitória do Hamas em Gaza, que realizara vários ataques contra Israel, em particular com o lançamento de mísseis, bem como a contínua ocupação e presença de colonatos israelitas na Cisjordânia, levou a uma série de conflitos militares inconclusivos em Gaza em 2008, 2012, 2014 e 2021.

O conflito mais recente no território foi iniciado no dia 7 de outubro de 2023. Ele surgiu após o Hamas e outras forças suas aliadas realizarem uma série de ataques no sul de Israel, os maiores desde a independência do país. O Hamas alegou que os ataques foram em resposta à contínua atividade israelita em territórios palestinos. Em resposta a este ataque, Israel iniciou, no dia 27 de outubro de 2023, uma invasão da Faixa de Gaza, justificando tais movimentações com vista a eliminar o perigo de segurança que o Hamas representava para Israel e de resgatar os reféns que foram capturados pelo grupo islamista durante os seus ataques. Ambos atores foram acusados de cometerem crimes de guerra contra civis, afirmações que ambos rejeitam.

Este conflito levou diretamente a confrontos entre Israel e o Hezbollah, um grupo militante e político libanês, os Houtis, um grupo militante iemenita, bem como com o Irão, sendo estes três aliados do Hamas.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal mantém laços diplomáticos oficiais com Israel, tendo uma embaixada em Tel Aviv, assim como com a Autoridade Palestiniana, tendo um escritório de representação em Ramallah.

A posição oficial do Estado português relativamente ao conflito Israelo-Palestiniano tem seguido consistentemente o posicionamento dos seus aliados, tendo um ênfase na defesa da solução de dois Estados, proposta que visa a criação de um Estado palestino que coexista pacificamente com um Estado israelita. No entanto, o governo português atualmente reconheceu, até 2025, unicamente o Estado de Israel, tendo defendido que o reconhecimento da Palestina deveria ocorrer unicamente em conjunto com outros países europeus, tendo, no entanto, nunca reconhecido o controlo israelita de partes da Cisjordânia ou os colonatos neste território, considerando-os como uma violação do direito internacional. Contudo, perante um ímpeto por vários Estados europeus que admitiram reconhecer o Estado da Palestina, Portugal reconheceu-o no dia 21 de setembro de 2025.

O impacto económico do mais recente conflito em Gaza surge principalmente através da disrupção das rotas comerciais do Mar Vermelho, que acolhe cerca de 15% do comércio global, e da potencial disrupção das rotas do Golfo Pérsico, onde perto de 30% do transporte de petróleo por via marítima passa, como consequência dos conflitos entre Israel e o Irão, bem como os Houtis. Estas disrupções têm como efeito direto o aumento dos preços energéticos e dos preços dos combustíveis, que por sua parte aumentam os custos das atividades económicas em solo nacional, em particular a indústria energética dependente de importações, com um efeito nocivo para o crescimento económico de Portugal.

www.portugaldiplomatico.com